

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Anexo I - Propostas de emendas a Metas por número

Nº	Autor	Código Ação	Descrição Ação	Produto	Unidade de Medida	Acréscimo de Meta
01	Professora Dorinha Seabra	156M	Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	2064 - Organização Militar Instalada/Adequada	1 - Unidade	22
02	Esperidião Amin	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
03	Mara Gabrilli	217Y	Gestão e Fomento de Políticas Públicas	1523 - Política Implantada	1 - Unidade	60
04	Mara Gabrilli	2D58	Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	0096 - Ação Realizada	1 - Unidade	50.000
05	Professora Dorinha Seabra	2E97	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	0870 - Sistema Mantido	1 - Unidade	4
06	Carlos Portinho	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	8
07	Mara Gabrilli	20X0	Cooperação Humanitária Internacional e participação da sociedade civil	0591 - Operação Realizada	1 - Unidade	100
08	Carlos Portinho	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
09	Chico Rodrigues	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
10	Esperidião Amin	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
11	Veneziano Vital do Rêgo	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
12	Professora Dorinha Seabra	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
13	Chico Rodrigues	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
14	Wellington Fagundes	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
15	Hamilton Mourão	21D1	Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaerea	0323 - EQUIPAMENTO MODERNIZADO	1 - Unidade	6
16	Hamilton Mourão	21D1	Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaerea	0323 - EQUIPAMENTO MODERNIZADO	1 - Unidade	6
17	Hamilton Mourão	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
18	Hamilton Mourão	15OZ	Recomposição do Núcleo do poder naval da Marinha Do Brasil – Construção das Fragatas Classe Tamandaré (FCT)	0568 - NAVIO CONSTRUÍDO	501 - % DE EXECUÇÃO	30
19	Hamilton Mourão	14ML	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	1689 - ESTAÇÃO CIENTÍFICA RECONSTRUÍDA	89 - % DE EXECUÇÃO FÍSICA	100
20	Professora Dorinha Seabra	156M	Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	2064 - Organização Militar Instalada/Adequada	1 - Unidade	22
21	Professora Dorinha Seabra	2E97	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	0870 - Sistema Mantido	1 - Unidade	4
22	Izalci Lucas	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
23	Humberto Costa	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
24	Humberto Costa	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Anexo II - Propostas de emendas a Metas por ação

Código Ação	Descrição Ação	Autor	Nº	Produto	Unidade de Medida	Acréscimo de Meta
123I	Construção de Navios Convencionais	Esperidião Amin	02	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
		Carlos Portinho	08	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
		Chico Rodrigues	09	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
		Professora Dorinha Seabra	12	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
		Humberto Costa	23	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
14ML	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	Hamilton Mourão	19	1689 - ESTAÇÃO CIENTÍFICA RECONSTRUÍDA	89 - % DE EXECUÇÃO FÍSICA	100
14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	Carlos Portinho	06	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	8
		Esperidião Amin	10	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
		Veneziano Vital do Rêgo	11	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
		Chico Rodrigues	13	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
		Wellington Fagundes	14	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
		Hamilton Mourão	17	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
		Izalci Lucas	22	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
		Humberto Costa	24	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
156M	Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	Professora Dorinha Seabra	01	2064 - Organização Militar Instalada/Adequada	1 - Unidade	22
		Professora Dorinha Seabra	20	2064 - Organização Militar Instalada/Adequada	1 - Unidade	22
15OZ	Recomposição do Núcleo do poder naval da Marinha Do Brasil – Construção das Fragatas Classe Tamandaré (FCT)	Hamilton Mourão	18	0568 - NAVIO CONSTRUÍDO	501 - % DE EXECUÇÃO	30
20X0	Cooperação Humanitária Internacional e participação da sociedade civil	Mara Gabrilli	07	0591 - Operação Realizada	1 - Unidade	100
217Y	Gestão e Fomento de Políticas Públicas	Mara Gabrilli	03	1523 - Política Implantada	1 - Unidade	60
21D1	Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaerea	Hamilton Mourão	15	0323 - EQUIPAMENTO MODERNIZADO	1 - Unidade	6
		Hamilton Mourão	16	0323 - EQUIPAMENTO MODERNIZADO	1 - Unidade	6
2D58	Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	Mara Gabrilli	04	0096 - Ação Realizada	1 - Unidade	50.000
2E97	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	Professora Dorinha Seabra	05	0870 - Sistema Mantido	1 - Unidade	4
		Professora Dorinha Seabra	21	0870 - Sistema Mantido	1 - Unidade	4

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Anexo III - Propostas de emendas à Metas por autor

Autor	Nº	Código Ação	Descrição Ação	Produto	Unidade de Medida	Acréscimo de Meta
Carlos Portinho	06	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	8
	08	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
Chico Rodrigues	09	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
	13	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
Esperidião Amin	02	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
	10	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
Hamilton Mourão	15	21D1	Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaerea	0323 - EQUIPAMENTO MODERNIZADO	1 - Unidade	6
	16	21D1	Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaerea	0323 - EQUIPAMENTO MODERNIZADO	1 - Unidade	6
	17	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
	18	15OZ	Recomposição do Núcleo do poder naval da Marinha Do Brasil – Construção das Fragatas Classe Tamandaré (FCT)	0568 - NAVIO CONSTRUÍDO	501 - % DE EXECUÇÃO	30
	19	14ML	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	1689 - ESTAÇÃO CIENTÍFICA RECONSTRUÍDA	89 - % DE EXECUÇÃO FÍSICA	100
Humberto Costa	23	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
	24	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
Izalci Lucas	22	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
Mara Gabrilli	03	217Y	Gestão e Fomento de Políticas Públicas	1523 - Política Implantada	1 - Unidade	60
	04	2D58	Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	0096 - Ação Realizada	1 - Unidade	50.000
	07	20X0	Cooperação Humanitária Internacional e participação da sociedade civil	0591 - Operação Realizada	1 - Unidade	100
Professora Dorinha Seabra	01	156M	Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	2064 - Organização Militar Instalada/Adequada	1 - Unidade	22
	05	2E97	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	0870 - Sistema Mantido	1 - Unidade	4
	12	123I	Construção de Navios Convencionais	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física	100
	20	156M	Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	2064 - Organização Militar Instalada/Adequada	1 - Unidade	22
	21	2E97	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	0870 - Sistema Mantido	1 - Unidade	4
Veneziano Vital do Rêgo	11	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9
Wellington Fagundes	14	14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física	9

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE

Anexo IV - Proposta de Emenda ao Texto por Número

Nº	Autor	Tipo	Referência	Texto Atual	Texto proposto
01	Chico Rodrigues	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
02	Carlos Portinho	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL Seção I Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União (...) NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.
03	Professora Dorinha Seabra	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL Seção I Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União (...) NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.
04	Carlos Portinho	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE

Anexo IV - Proposta de Emenda ao Texto por Número

Nº	Autor	Tipo	Referência	Texto Atual	Texto proposto
05	Esperidião Amin	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	<p>ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</p> <p>Seção I Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União</p> <p>(...)</p> <p>NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.</p>
06	Esperidião Amin	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	<p>[...]</p> <p>LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações);</p> <p>LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações);</p> <p>[...]</p>
07	Carlos Portinho	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	<p>Seção III Das demais despesas ressalvadas</p> <p>I - Projeto Forças Blindadas do Exército;</p> <p>II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON;</p> <p>III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e</p> <p>IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.</p>
08	Chico Rodrigues	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	<p>ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</p> <p>Seção I Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União</p> <p>(...)</p> <p>NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.</p>
09	Professora Dorinha Seabra	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	<p>Seção III Das demais despesas ressalvadas</p> <p>I - Projeto Forças Blindadas do Exército;</p> <p>II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON;</p> <p>III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e</p> <p>IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.</p>

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Anexo IV - Proposta de Emenda ao Texto por Número

Nº	Autor	Tipo	Referência	Texto Atual	Texto proposto
10	Chico Rodrigues	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]
11	Flávio Arns	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]
12	Wellington Fagundes	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
13	Wellington Fagundes	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]
14	Professora Dorinha Seabra	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL Seção I Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União (...) NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Anexo IV - Proposta de Emenda ao Texto por Número

Nº	Autor	Tipo	Referência	Texto Atual	Texto proposto
15	Professora Dorinha Seabra	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
16	Sergio Moro	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
17	Izalci Lucas	Aditiva	Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]
18	Izalci Lucas	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Anexo V - Proposta de Emenda ao Texto por Dispositivo

Referência	Tipo	Autor	Nº	Texto Atual	Texto proposto
Anexo III, Seção II, Inciso IV	Aditiva	Chico Rodrigues	01	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
		Carlos Portinho	07	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
		Professor a Dorinha Seabra	09	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
		Wellington Fagundes	12	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
		Professor a Dorinha Seabra	15	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
		Sergio Moro	16	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
		Izalci Lucas	18	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Anexo V - Proposta de Emenda ao Texto por Dispositivo

Referência	Tipo	Autor	Nº	Texto Atual	Texto proposto
Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	Aditiva	Carlos Portinho	02	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	<p>ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</p> <p>Seção I Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União</p> <p>(...)</p> <p>NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.</p>
		Professor a Dorinha Seabra	03	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	<p>ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</p> <p>Seção I Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União</p> <p>(...)</p> <p>NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.</p>
		Carlos Portinho	04	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	<p>[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]</p>

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Anexo V - Proposta de Emenda ao Texto por Dispositivo

Referência	Tipo	Autor	Nº	Texto Atual	Texto proposto
Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	Aditiva	Esperidião Amin	05	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	<p>ANEXO III</p> <p>DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</p> <p>Seção I</p> <p>Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União</p> <p>(...)</p> <p>NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.</p>
		Esperidião Amin	06	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	<p>[...]</p> <p>LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações);</p> <p>LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações);</p> <p>[...]</p>
		Chico Rodrigues	08	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	<p>ANEXO III</p> <p>DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</p> <p>Seção I</p> <p>Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União</p> <p>(...)</p> <p>NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.</p>

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Anexo V - Proposta de Emenda ao Texto por Dispositivo

Referência	Tipo	Autor	Nº	Texto Atual	Texto proposto
Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	Aditiva	Chico Rodrigues	10	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]
		Flávio Arns	11	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]
		Wellington Fagundes	13	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]
		Professor a Dorinha Seabra	14	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL Seção I Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União (...) NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE

Anexo V - Proposta de Emenda ao Texto por Dispositivo

Referência	Tipo	Autor	Nº	Texto Atual	Texto proposto
Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	Aditiva	Izalci Lucas	17	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Quantidade de Propostas de Emendas por ação

Código Ação	Descrição Ação	Qtd. Propostas	Produto	Unidade de Medida
14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	8	0016 - Aeronave Adquirida	89 - % de Execução Física
123I	Construção de Navios Convencionais	5	0881 - Submarino Construído	89 - % de Execução Física
156M	Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	2	2064 - Organização Militar Instalada/Adequada	1 - Unidade
21D1	Gerenciamento, Melhoria, Modernização e Recuperação de Sistemas de Artilharia Antiaerea	2	0323 - EQUIPAMENTO MODERNIZADO	1 - Unidade
2E97	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ)	2	0870 - Sistema Mantido	1 - Unidade
14ML	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	1	1689 - ESTAÇÃO CIENTÍFICA RECONSTRUÍDA	89 - % DE EXECUÇÃO FÍSICA
15OZ	Recomposição do Núcleo do poder naval da Marinha Do Brasil – Construção das Fragatas Classe Tamandaré (FCT)	1	0568 - NAVIO CONSTRUÍDO	501 - % DE EXECUÇÃO
20X0	Cooperação Humanitária Internacional e participação da sociedade civil	1	0591 - Operação Realizada	1 - Unidade
217Y	Gestão e Fomento de Políticas Públicas	1	1523 - Política Implantada	1 - Unidade
2D58	Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	1	0096 - Ação Realizada	1 - Unidade
	Soma:	24		

PLDO 2025 propostas de Emendas CRE
Quantidade de Propostas de Emenda ao Texto por Dispositivo

Referência	Tipo	Qtd Propostas	Texto Atual	Texto proposto
Anexo III, Seção II, Inciso IV	Aditiva	7	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	Seção III Das demais despesas ressalvadas I - Projeto Forças Blindadas do Exército; II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS; e IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.
Anexo III, Seção I, Inciso LXXI	Aditiva	5	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	ANEXO III DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL Seção I Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União (...) NOVO INCISO - Despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinadas à qualificação e capacitação de portuários e aquaviários, a fim de contribuir para o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do a art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999. Além disso, a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986 estabelece que o EPM é de responsabilidade da Marinha do Brasil com fito de habilitar e qualificar o pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, evitando desequilíbrio entre a oferta e a demanda de profissionais capacitados para este relevante setor estratégico para o País, contribuindo de forma direta para geração de emprego e renda.
		6	LXXI - ressarcimento das contas do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep (art. 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).	[...] LXXI-A - Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Programa: 6112 / Ação: 14T0 (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); LXXI-B - Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Programa: 6112 / Ação: 14XJ (Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09/06/1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25/08/2010; Lei nº 13.971, de 27/12/2019; e Decreto nº 6.703, de 18/12/2008 e suas alterações); [...]